

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 1.426.578 - SP (2012/0053099-0)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
EMBARGANTE : PEARSON EDUCATION DO BRASIL S.A
ADVOGADOS : SUSY GOMES HOFFMANN E OUTRO(S) - SP103145
SUSETTE GOMES E OUTRO(S) - SP163760
RODOLFO MURARO FEITOZA - SP299732
EMBARGADO : VANESSA CRISTINA OLIVA
ADVOGADO : ELI MACIEL DE LIMA E OUTRO(S) - SP285400

DECISÃO

Trata-se de embargos de divergência opostos por Pearson Education do Brasil S.A. em face de acórdão proferido pela Terceira Turma desta Corte, assim ementado (e-STJ fl. 231):

DIREITO DO CONSUMIDOR. RECURSO ESPECIAL.
FRANQUIA. RESPONSABILIDADE CIVIL PERANTE
TERCEIROS. APLICAÇÃO DO CDC. INCIDÊNCIA.

1. Os contratos de franquia caracterizam-se por um vínculo associativo em que empresas distintas acordam quanto à exploração de bens intelectuais do franqueador e têm pertinência estritamente *inter partes*.
2. Aos olhos do consumidor, trata-se de mera intermediação ou revenda de bens ou serviços do franqueador – fornecedor no mercado de consumo, ainda que de bens imateriais.
3. Extrai-se dos arts. 14 e 18 do CDC a responsabilização solidária de todos que participem da introdução do produto ou serviço no mercado, inclusive daqueles que organizem a cadeia de fornecimento, pelos eventuais defeitos ou vícios apresentados. Precedentes.
4. Cabe às franqueadoras a organização da cadeia de franqueados do serviço, atraindo para si a responsabilidade solidária pelos danos decorrentes da inadequação dos serviços prestados em razão da franquia.
5. Recurso especial não provido.

A embargante afirma que o acórdão embargado diverge do julgado proferido pela Segunda Seção no Recurso Especial 1.424.792/BA. Sustenta não ser responsável pela retirada dos dados da embargada dos cadastros de proteção ao crédito, razão pela qual não tem como cumprir decisão liminar que lhe impôs a retirada do nome do rol de devedores sob pena de multa. Alega ser a franqueadora, mas o contrato citado

pela embargada foi realizado com a franqueada, responsável pelo apontamento da dívida.

Esclarece que o acórdão embargado reconheceu que ela, embargante, na qualidade de franqueadora da marca e do método "Wizard", é solidariamente responsável pelos danos decorrentes da inadequação dos serviços prestados pelos seus franqueados. O paradigma, argumenta, estabelece que incumbe ao credor requerer a exclusão do registro desabonador. Afirma que, no caso, a credora é a corrê AV Comércio de Livros Ltda ME.

Em sua impugnação, VANESSA CRISTINA OLIVA afirma não existir divergência, porquanto o paradigma apontado não cuida do contrato de franquia. Conclui que deve prevalecer o acórdão embargado, que reconhece a responsabilidade solidária entre a franqueadora e os franqueados, já que ambos assumem os riscos de atuar no mercado.

O Ministério Público Federal pronunciou-se pelo provimento dos embargos, em manifestação sintetizada na seguinte ementa:

Embargos de divergência em recurso especial.

- A Segunda Seção do STJ, por ocasião do julgamento do REsp nº 1.424.792/BA, submetido à sistemática dos recursos repetitivos, na forma do art. 543-C, do CPC/1973, ao analisar questão semelhante à dos autos, decidiu que cabe exclusivamente ao credor a retirada do nome do consumidor dos cadastros de inadimplentes.
- Parecer pelo conhecimento e provimento dos presentes embargos de divergência.

Assim posta a questão, verifico que, apesar de ter inicialmente vislumbrado divergência para ao menos receber os embargos, ela não está caracterizada.

Com efeito, melhor analisando os casos em confronto, observo que o paradigma citado discute a responsabilidade do credor pela retirada do nome de devedor ex-inadimplente de cadastros restritivos de crédito. Ou seja, a questão controvertida consistia em saber se, havendo regular inscrição do nome do devedor em cadastro de órgão de proteção ao crédito, a quem incumbe excluir o apontamento efetuado após a quitação do débito.

No acórdão embargado, todavia, não se está em discussão se o credor deve ou não promover a retirada do nome do devedor dos cadastros restritivos. Discute-se a relação entre franqueado e franqueador e as relações desse perante os consumidores. Como introduzido pelo relator Ministro Marco Aurélio Bellizze em seu

Superior Tribunal de Justiça

voto "cinge-se a controvérsia a verificar a existência de responsabilidade civil da empresa franqueadora em relação a eventuais danos, inclusive decorrentes do descumprimento de ordem judicial liminar, causados pelas empresas franqueadas aos consumidores" (fl. 234).

O julgado trazido pela embargante, portanto, não se amolda ao caso e não pode, por isso, ser usado como paradigma.

Em face do exposto, reconsidero a decisão de fls. 472/473 e nego seguimento aos embargos de divergência.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora

